

INSTITUTO	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL GM (Godesp)	
Fonte	
Data	7/3/2002 Pg. 2
Class.	139

EMANCIPAÇÃO

Quilombos terão em SP documentação da terra

Wagner Oliveira
de São Paulo

O governo estadual vai dar a 388 famílias descendentes de escravos o título definitivo da terra onde vivem. Elas pertencem a seis comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas pela Fundação Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), no Vale do Ribeira. Com a titulação, que ocorrerá até junho, as famílias poderão ter a posse definitiva das terras ocupadas por seus antepassados há mais de 300 anos.

Para o governo, a documentação também pode impulsionar o desenvolvimento dos quilombolas, cuja maioria vive da agricultura de subsistência. As seis comunidades em processo de titulação estão concentradas em terras devolutas estaduais, numa área total de quase 17,8 mil hectares. As comunidades ficam no município de Eldorado, com exceção do quilombo de Nhunguara, onde parte das 91 famílias vive no município vizinho de Iporanga. As demais comunidades são Galvão (29 famílias), André Lopes (76 famílias), Sapatu (82 famílias), Pedro Cubas (40) e Ivaporunduva (70).

De acordo com o antropólogo Luiz Roberto de Paula, a maioria dos quilombolas leva um estilo de vida rudimentar. As casas não têm luz elétrica e poucas comunidades têm telefone comunitário. O título de posse vai autorizar o plantio em quilombos localizados em parques.

O trabalho de identificação das comunidades remanescentes de quilombos no estado começou em 1998. Hoje, 25 dessas comunidades já foram identificadas pelo Itesp, a maioria

no Vale do Ribeira. Os descendentes mantêm formas de organização social e padrões culturais próprios, como a Comunidade do Cafundó, em Salto de Pirapora (região de Sorocaba), onde ainda se fala a língua de origem bantu — dialeto conhecido como 'cupópia'.

Técnicos do Itesp estão terminando os laudos de vistoria de ocupantes locais que não são quilombolas — posseiros. "O trabalho está na etapa final e deve ser concluído este mês", disse o assistente especial de quilombos da Fundação Itesp, Marcos Gamberini. De acordo com ele, o estudo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para análise jurídica, juntamente com o reconhecimento antropológico das seis comunidades. "A tramitação é rápida e simples, já que se tratam de áreas devolutas estaduais", avaliou o procurador-geral adjunto, Mário Engler Júnior. A fase final será o crivo do governador Geraldo Alckmin aos processos e a assinatura das titulações, feita por ele, pela Fundação Itesp e Procuradoria Geral do Estado.

Em função do potencial ecoturístico, o Itesp vem dando apoio à comunidade local na produção do artesanato típico da região. Além disso, o instituto está construindo um centro artesanal, onde os quilombolas poderão vender seus produtos aos turistas.

Para receber o Título de Domínio e registrá-lo em cartório, o que significa a propriedade definitiva da terra, a comunidade de negros deve ser reconhecida como remanescente de quilombo com a apresentação de um relatório técnico científico de cunho antropológico, elaborado por profissionais da Fundação Itesp. ■